



Ahgora HCM S.A.

Demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023

Balanços patrimoniais.....	2
Demonstrações do resultado.....	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	9
1 Contexto operacional.....	9
2 Resumo das principais políticas contábeis.....	13
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	23
4 Gestão de risco financeiro	24
5 Caixa e equivalentes de caixa	32
6 Contas a receber de clientes e outras contas a receber	33
7 Tributos a recuperar	33
8 Adiantamentos	33
9 Imobilizado.....	34
10 Intangível	35
11 Fornecedores e outras contas a pagar.....	36
12 Empréstimos e financiamentos	37
13 Debêntures	38
14 Obrigações sociais e trabalhistas	38
15 Obrigações tributárias.....	39
16 Obrigações por aquisição de investimentos.....	39
17 Imposto de renda e contribuição social	40
18 Patrimônio líquido	41
19 Receita de contratos com clientes.....	43
20 Custos e despesas por função e por natureza	43
21 Resultado financeiro	45
22 Prejuízo por ação.....	45
23 Saldos e transações com partes relacionadas	46
24 Eventos subsequentes	48

Ativo	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado (Reapresentado Nota 1.3)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.738	374
Contas a receber de clientes	6	10.406	3.192
Tributos a recuperar	7	60	-
Adiantamentos	8	729	90
Outras contas a receber	6	122	309
Total do ativo circulante		15.055	3.965
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17(b)	1.902	452
Adiantamentos	8	61	123
Total do realizável a longo prazo		1.963	575
Imobilizado	9	2.995	179
Intangível	10	5.515	-
Direito de uso em arrendamento		75	169
Total do ativo não circulante		10.548	923
Total do ativo		25.603	4.888

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado (Reapresentado Nota 1.3)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	733	251
Empréstimos e financiamentos	12	181	-
Debêntures a pagar	13	56	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14	5.321	2.366
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17(a)	413	-
Obrigações tributárias	15	412	119
Obrigações por aquisição de investimentos - parcelas regulares	16	2.777	-
Obrigações por aquisição de investimentos - contraprestações contingentes	16	1.571	-
Passivos de contratos de arrendamentos		94	170
Adiantamento de clientes		1.131	483
Mútuos a pagar	23(a)	1.589	-
Outras contas a pagar	11	1.697	245
Total do passivo circulante		15.975	3.634
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	1.870	-
Debêntures a pagar	13	5.000	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17(b)	542	199
Total do passivo não circulante		7.412	199
Total de passivo		23.387	3.833
Patrimônio líquido			
Capital social	18	3.331	1.559
Prejuízos acumulados		(1.115)	(504)
Total do patrimônio líquido		2.216	1.055
Total do passivo e patrimônio líquido		25.603	4.888

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

Demonstrações do resultado	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado (Reapresentado Nota 1.3)
Receita de contratos com clientes	19	42.884	5.621
Custo das vendas	20	<u>(14.724)</u>	<u>(2.553)</u>
Lucro bruto		28.160	3.068
Despesas comerciais e de marketing	20	(12.293)	(483)
Despesas gerais e administrativas	20	(8.266)	(1.216)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	20	(7.293)	(1.916)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	<u>(456)</u>	<u>(75)</u>
Total de despesas operacionais, líquidas		<u>(28.308)</u>	<u>(3.690)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(148)	(622)
Resultado financeiro	21	<u>(995)</u>	<u>(134)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.143)	(756)
Imposto de renda e contribuição social	17(c)	<u>532</u>	<u>252</u>
Prejuízo do exercício		<u>(611)</u>	<u>(504)</u>
Prejuízo por ação:	22		
Prejuízo por ação - básico (em R\$)		(0,22)	(504,00)
Prejuízo por ação - básico (em R\$)		(0,22)	(504,00)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
	não auditado	não auditado
Prejuízo do exercício	(611)	(504)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(611)</u>	<u>(504)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

	Nota explicativa	Capital social não auditado	Lucros (prejuízos) acumulados não auditado	Total não auditado
Saldos em 1º de janeiro de 2022		-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	(504)	(504)
Prejuízo do exercício		-	(504)	(504)
Total de outros resultados abrangentes		-	(504)	(504)
Transações de capital		1	-	1
Integralização de capital		1.558	-	1.558
Aumento de capital		-	-	-
Total de transações de capital		1.559	-	1.559
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.559	(504)	1.055
Outros resultados abrangentes		-	(611)	(611)
Prejuízo do exercício		-	(611)	(611)
Total de outros resultados abrangentes		-	(611)	(611)
Transações de capital		3.330	-	3.330
Aumento de capital	18(a)(ii)	3.330	-	3.330
Reclassificação de aumento de capital	23(a)	(1.558)	-	(1.558)
Total de transações de capital		1.772	-	1.772
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.331	(1.115)	2.216

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

Demonstração dos fluxos de caixa	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(611)	(504)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:			
Provisão para perda esperada	4.1(b) e 20	604	-
Resultado da venda/baixa de intangível	20	20	-
Depreciação	9 e 20	53	1
Amortização de intangíveis	10 e 20	164	-
Amortização de contratos de direito de uso	20	211	73
Juros incorridos		453	95
Imposto de renda e contribuição social	17(b)	(532)	(252)
Provisão para impostos		61	-
Outros		4	-
		427	(587)
Varição em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(7.818)	(3.192)
Tributos a recuperar		1	-
Adiantamentos		(577)	(213)
Outras contas a receber		231	1.248
Fornecedores		481	251
Obrigações trabalhistas e sociais		2.955	2.366
Obrigações tributárias		203	119
Adiantamentos de clientes		648	483
Outras contas a pagar		1.450	246
		(1.999)	721
Caixa(aplicado nas) gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(163)	-
Juros pagos sobre contratos de arrendamentos		(312)	(95)
		(2.474)	626
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
		(2.474)	626

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

Demonstração dos fluxos de caixa	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(307)	(180)
Aquisição de ativo intangível	10	(687)	-
Títulos e valores mobiliários		1	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(993)	(180)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	2.023	-
Emissão de debêntures	13	5.000	-
Amortização de contratos de arrendamento		(192)	(73)
Aumento de capital		-	1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		6.831	(72)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		3.364	374
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	374	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.738	374
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		3.364	374

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

1 Contexto operacional

A Ahgora HCM S.A., (Companhia) é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, constituída em 22 de junho de 2022, sediada na Rodovia José Carlos Daux - SC 401, nº 600, Bairro João Paulo em Florianópolis, Santa Catarina e atua no mercado de gerenciamento de recursos humanos (human capital management - HCM). Tem como controladora a Companhia Ahgora Sistemas S.A. (Controladora) também localizada em Florianópolis, Santa Catarina.

Com soluções desenvolvidas por meio de tecnologia de internet das coisas (internet of things - IoT) e arquitetada em nuvem, a Companhia se posiciona no mercado com uma alternativa Premium, de modo que, suas soluções permitem que seus clientes gerenciem operações simples, como também operações complexas de controle de acesso, presença de pessoas em empresas e treinamento. Além dessas características a solução atende plenamente as demandas legais que constam no arcabouço legal trabalhista brasileiro.

A robustez de sua plataforma tecnológica, aliada a flexibilidade do modelo em nuvem (Cloud) / IoT diferencia a Companhia e permite que suas soluções sejam utilizadas tanto por clientes com necessidades básicas de gestão, bem como por aqueles com ambientes complexos de gerenciamento de recursos humanos, como por exemplo, empresas com multi-localidade e com força de trabalho volante e remota.

A Companhia atua basicamente com licenciamento de softwares para gestão de capital humano.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board - IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 1º de março de 2023.

1.2 Normas contábeis novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas contábeis novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma contábil	Descrição
Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2)	- Venda ou contribuição na forma de ativos entre um Investidor e sua coligada ou controlada em conjunto
Alterações à IAS 01 / CPC 26 (R1)	- Classificação do passivo como circulante ou não circulante - Passivo não circulante com covenants
Alterações à IAS 07 / CPC 03 e à IFRS 07 / CPC 40 (R1)	- Acordos de financiamento de fornecedores
Alterações à IFRS 16 / CPC 06	- Passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback"

1.3 Reapresentação das cifras comparativas

a. Adiantamentos (ativo circulante)

O grupo de despesas antecipadas foi unido com o saldo de adiantamentos anteriormente reconhecidos como outras contas a receber. Foram reclassificados os saldos de R\$ 90 em 2022.

b. Instituto Nacional de Seguridade Social a pagar

O montante de R\$ 6 referente a guias de previdência social foram classificadas de forma equivocada no grupo de obrigações tributárias.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Balanco patrimonial	Nota explicativa	Individual		
		Original não auditado	Ajuste não auditado	Reapresentado não auditado
Ativo				
Ativo circulante				
Adiantamentos	1.3(a)	-	90	90
Outras contas a receber	1.3(a)	399	(90)	309
Total do ativo circulante		399	-	399
Total do ativo		399	-	399
Passivo				
Passivo circulante				
Obrigações sociais e trabalhistas	1.3(b)	2.360	6	2.366
Obrigações tributárias	1.3(b)	125	(6)	119
Total do passivo circulante		2.485	-	2.485
Total do passivo		2.485	-	2.485

1.4 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

a. Comentários sobre o desempenho da Companhia

Em 2023, tivemos um crescimento de 663% na receita líquida, principalmente pela transferência dos contratos de venda de SaaS da controladora para a Companhia e foi fruto do nosso crescimento orgânico com vendas crescendo 30%. Apresentamos uma margem LAJIDA (*EBITDA*) de 0,65%, um aumento de 10,4 pontos percentuais em relação a 2022 que teve uma margem negativa de 9,75%.

Abaixo, apresentamos os principais números de 2023 e 2022:

	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Receita bruta de contratos com clientes	19	47.985	6.247
Receita líquida de contratos com clientes	19	42.884	5.621
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.738	374
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(2.474)	626
Empréstimos e financiamentos	12	(2.051)	-
Dívida líquida	4.2	(6.240)	204
LAJIDA (<i>EBITDA</i>) (i)		280	(548)
Prejuízo do exercício		(611)	(504)
Margem LAJIDA (<i>EBITDA</i>)		0,65%	-9,75%

E, a seguir, apresentamos o cálculo do LAJIDA (*EBITDA*) para os anos de 2023 e 2022 (informação não auditada):

	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
(Prejuízo) lucro líquido		(611)	(504)
(+) Depreciação	20	53	1
(+) Amortização de arrendamentos	20	211	73
(+) Amortização de intangíveis	20	164	-
(+) Resultado financeiro	21	995	134
(+) Imposto de renda e contribuição social	17(c)	(532)	(252)
LAJIDA (<i>EBITDA</i>) (i)		280	(548)

(i) LAJIDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.
 EBITDA – earnings from the last 12 months, plus income taxes, financial results, amortization, and depreciation.

b. Alterações societárias

i. Venda de participação societária da Ahgora HCM S.A.

Em um movimento de consolidação das operações da controladora da Companhia, visando trazer inovação, a Administração está dedicada ao desenvolvimento de um ecossistema de empresas que se complementam oferecendo um portfólio e complementando as necessidades de mercado. Em abril de 2023, a empresa Velti

vendeu sua participação de 1% da Ahgora HCM S.A. para a sua controladora Ahgora Sistemas S.A, esta ficando com 100% de participação na investida.

ii. **Venda das operações de software para a Totvs S.A.**

Em 30 de novembro de 2023, a empresa, subsidiária da Companhia Totvs S.A., Soluções em Software e Serviços TTS Ltda., celebrou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações da Ahgora HCM S.A. e das cotas da WebTraining Ltda., pelo montante de R\$ 380.000, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação, após a conclusão de uma reorganização societária, por meio da qual a Ahards Sistemas S.A. finalizará a transferência à Ahgora HCM S.A. a operação de software conduzida por ela na presente data. O fechamento desta transação depende da conclusão da reorganização societária mencionada e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação.

iii. **Alteração da denominação social da Controladora**

Em 1º de novembro de 2023, a Controladora Ahgora Sistemas S.A. efetuou a alteração de sua denominação social para Ahards Sistemas S.A.. Esta alteração faz parte do processo de venda do negócio de software do Grupo para a Totvs S.A., conforme Nota 1.4(b)(ii).

iv. **Aumento de capital da Ahgora HCM S.A.**

Em 29 de dezembro de 2023 foi realizado o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 3.330, pela sua única acionista e controladora Ahards Sistemas S.A.

O aumento foi realizado através de transferências de ativos e passivos referentes as operações de software que estavam registrados em sua controladora em 30 de novembro de 2023.

A seguir, está demonstrado os valores que foram transferidos da Ahards Sistemas S.A. à Ahgora HCM S.A., na data em questão, conforme laudo de avaliação de acervo líquido emitido pelos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.:

Acervo líquido determinado	Nota explicativa	Novembro 2023 não auditado
Ativo		
Ativo circulante		
Outras contas a receber		44
Total do ativo circulante		44
Ativo não circulante		
Imobilizado	9	2.562
Intangível	10	5.012
Total do ativo não circulante		7.574
Total do ativo		7.618
Passivo		
Passivo circulante		
Obrigações por aquisição de investimento	16	4.288
Total do passivo circulante		4.288
Total do passivo		4.288
Total do acervo líquido determinado		3.330

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.3 Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado.

b. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

c. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

i. Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão

do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por redução ao valor não recuperável (*impairment*) são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

d. Perda por redução ao valor não recuperável (*impairment*)

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de cálculo do valor não recuperável (*impairment*) aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9 / CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de cobertura de riscos financeiros

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de cobertura nos casos de adoção da contabilidade de cobertura de risco financeiro (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por instrumento financeiro derivativo. A Companhia adota a contabilidade de cobertura de riscos financeiros (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Instrumento financeiro derivativo de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (cobertura de valor justo ou *fair value hedge*).

a. Cobertura de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como cobertura de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por instrumento financeiro derivativo que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de cobertura de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial de empréstimos tomados em moeda diferentes da funcional da Companhia. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos contratos a termo é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por instrumentos financeiros derivativos, atribuíveis à variação cambial, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o instrumento financeiro derivativo não mais atender aos critérios de contabilização de cobertura, o ajuste no valor contábil de um item protegido por instrumento financeiro derivativo, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

b. Inefetividade da cobertura

A inefetividade de cobertura é determinada no surgimento da relação de cobertura e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento financeiro derivativo.

No caso de coberturas de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de cobertura quando os termos essenciais do instrumento financeiro derivativo correspondem exatamente aos termos do item protegido.

Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de efetividade. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento financeiro derivativo, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a efetividade.

Nas coberturas de compras em moeda estrangeira, a inefetividade pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

c. Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de cobertura. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Arrendamentos

A Companhia aluga alguns imóveis para a realização de suas atividades. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a 36 meses, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e,
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e,
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e,
- custos de restauração e desmobilização.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de tecnologia da informação (*information technology* - TI) e pequenos itens de mobiliário de escritório.

i. Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador.

2.7 Ativos intangíveis

a. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, quando aplicável; e, (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil indefinida.

c. Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d. Software

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e seus respectivos custos de desmobilização. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa anual de depreciação
Computadores e periféricos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Telefones	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%
Imobilizado em poder de terceiros	10%
Equipamentos energia fotovoltaica	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões do valor recuperável (*impairment*) do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível perda pela redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável (indicativos de *impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), utilizando-se o método de valor em uso, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que tenham sido ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da redução do valor recuperável (*impairment*) na data do balanço.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de as liquidar é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de os compensar quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.14 Benefícios a empregados

a. Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e, (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 / IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

a. Prestação de serviços

i. Prestação de serviços recorrentes

A receita de serviços recorrentes compreende: (i) assinatura de *software*, na qual os clientes têm acesso ao *software* em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são vendidos separadamente.

A receita de serviços recorrentes é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos.

ii. Prestação de serviços não recorrentes

A receita de serviços não recorrentes compreende as receitas de serviços de implementação, treinamento e customização que representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.

As receitas de serviços de consultoria, treinamento e customização são reconhecidas quando os serviços são prestados.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos / (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.19 Alteração das normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (*covenants*), mesmo que a mensuração contratual da cláusula restritiva (*covenant*) somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob cláusulas de restrição (*covenants*) somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente cláusulas restritivas (*covenants*) com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações emitidas pelo Comitê Internacional de Interpretação de Normas Contábeis (*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Principais premissas contábeis utilizadas nos cálculos de valor em uso

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas do valor recuperável (*impairment*) no ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração conforme Nota 10.

b. Vida útil dos ativos intangíveis

Os intangíveis gerados internamente são provenientes dos desenvolvimentos de produtos e serviços voltados às atividades da Companhia em fornecer soluções de gestão e controles de pontos eletrônicos, além de atender as novas exigências legais das portarias MTE-1510/2009 – Portarias INMETRO: 595/2013, 480/2011 e 494/2012. Os projetos são compostos por *hardware* com *software* embarcado e aplicativos baseados na internet, são registrados pelo custo de aquisição ou formação e todos possuem vida útil econômica estimada de 10 anos.

- Projeto *Mobile*: são valores oriundos da utilização de serviços de uma empresa terceirizada especializada em aplicativos para telefonia celular. O desenvolvimento do projeto foi finalizado no ano de 2016;
- Projeto UNIAHGORA: são valores adquiridos de terceiros, sendo que o projeto visa automatização da prestação de serviços de treinamento em EAD (Ensino a Distância), atualmente este serviço é prestado somente "*in loco*". O desenvolvimento do projeto foi finalizado no ano de 2016;

- Projeto REP-P: São valores provenientes da utilização de recursos humanos para desenvolvimento de um micro serviço para realizar assinatura eletrônica de documentos no padrão CAdES e PAdES, atendendo a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 671. O desenvolvimento do encerrou em fevereiro de 2023 e iniciou sua vida útil em março de 2023.

c. Perdas do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros

A provisão para perda de créditos esperada (PCE) é baseada em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo da provisão, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 4.1(b).

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 1.902, conforme descrito na Nota 17(b). A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para cada entidade legal que compõe a Companhia.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a. Reconhecimento da receita

Julgamentos relacionados à identificação das obrigações de desempenho das vendas de *software*, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia conclui que estas obrigações de desempenho são distintas uma vez que são vendidos separadamente.

b. Determinação do prazo de arrendamento

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
			Monitoramento dos limites de crédito / ratings
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a. Risco de mercado

i. Risco cambial

A Companhia possui transações em moeda diferente de sua moeda funcional e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas da Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de cobertura, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de analisar cada operação realizada em moeda diferente da moeda funcional e, a partir de aprovação da Administração da Companhia, efetuar a respectiva cobertura do risco pelo período da realização da transação.

A Companhia usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política da Companhia, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

A Companhia designa apenas os componentes à vista das operações cambiais a termo nas operações de cobertura. O componente à vista é determinado com relação às taxas de câmbio do mercado à vista aplicáveis. A diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa cambial de mercado à vista é definida como os pontos a termo. Ela é descontada, quando relevante.

As mudanças no elemento a termo das operações cambiais a termo que estejam relacionadas ao item protegido são diferidas nos custos da reserva de cobertura.

ii. **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. A Companhia analisa caso a caso para determinar a necessidade de contratação de instrumento financeiro derivativo referente a *swap* de taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e coberturas alternativas. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas.

b. **Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Valor não recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes por vendas de produtos e decorrentes de provisão de serviços de consultoria.
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de perda por valor não recuperável (*impairment*) do IFRS 9 / CPC 48, a perda por valor não recuperável (*impairment*) identificada nesses ativos foi imaterial.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas por valor não recuperável (*impairment*) em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por valor não recuperável (*impairment*) líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Consequentemente, as perdas de créditos esperadas são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Demonstramos a seguir a movimentação das perdas de créditos esperadas:

Movimentação	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Saldo em 1º de janeiro		-	-
Adições		(693)	-
Outros		4	-
Reversões		89	-
Saldo em 31 de dezembro	6	<u>(600)</u>	<u>-</u>

Demonstramos a seguir a abertura do contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Contas a receber por vencimento	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
A vencer		6.877	2.064
A faturar	6	1.593	587
Total de contas a receber a vencer		8.470	2.651
Vencidos entre 01 e 30 dias		855	342
Vencidos entre 31 e 60 dias		297	102
Vencidos entre 61 e 90 dias		241	52
Vencidos entre 91 e 180 dias		403	45
Vencidos a mais de 180 dias		740	-
Total de contas a receber a vencidos		2.536	541
Total de contas a receber bruto		11.006	3.192
(-) Perdas de créditos esperadas	6	(600)	-
Contas a receber, líquido		10.406	3.192

Parcela significativa do contas a receber vencido da Companhia acima de 180 dias é decorrente de recebíveis com órgãos públicos, os quais a Companhia encontra-se em sucessivas negociações para acelerar o seu recebimento.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado são considerados de baixo risco de crédito e a provisão para perdas reconhecida durante o período ficou, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. A administração considera "baixo risco de crédito" para títulos negociados no mercado como sendo uma classificação de crédito de investimento com, no mínimo, uma importante agência de classificação. Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria da Companhia. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 96 em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota 5, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota explicativa	Menos de um ano não auditado	Entre um e dois anos não auditado	Acima de dois anos não auditado	Total não auditado
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	11	733	-	-	733
Empréstimos e financiamentos	12	181	551	1.319	2.051
Obrigações por aquisição de investimentos	16	4.348	-	-	4.348
Passivo de contratos de arrendamento		94	-	-	94
Total		5.356	551	1.319	7.226

	Nota explicativa	Menos de um ano não auditado	Entre um e dois anos não auditado	Acima de dois anos não auditado	Total não auditado
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	11	251	-	-	251
Passivo de contratos de arrendamento		170	-	-	170
Total		421	-	-	421

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim sumariados:

	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
(a) Empréstimos e financiamentos	12	2.051	-
(b) Debêntures	13	5.056	-
(c) Passivos de contratos de arrendamentos		94	170
(d) Obrigações por aquisição de investimentos	16	2.777	-
(e) Caixa e equivalentes de caixa	5	(3.738)	(374)
(f) Dívida líquida		6.240	(204)
(g) Patrimônio líquido		2.216	1.055
(h) Total do capital	(h) = (f) + (g)	8.456	851
(i) Índice de alavancagem financeira	(i) = (h) / (f)	73,79%	-23,97%

O capital não é administrado ao nível individual, somente ao nível consolidado.

a. Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Companhia possui os seguintes contratos de empréstimos e debêntures com as seguintes cláusulas de restrição ("*covenants*"):

- **Empréstimo com o Banco Itaú, contrato 2.827.677.382**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato no montante de R\$ 2.051 com cláusula restritiva de não transferir o controle de seu capital e/ou substituir qualquer um dos atuais dirigentes ou modificar seu estatuto, sem a expressa concordância do financiador.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com esta cláusula.

- **Debêntures com o Fundo de Capital Invest Tech Growth III**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato no montante de R\$ 5.056 com cláusula restritiva de não transferir o controle de seu capital e/ou substituir qualquer um dos atuais dirigentes ou modificar seu estatuto, sem a expressa concordância do financiador.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com esta cláusula.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia e da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Nota explicativa	Nível 3 não auditado	Saldo total não auditado
Em 31 de dezembro de 2023			
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Mútuos a pagar	23(a)	1.589	1.589
Obrigações por aquisição de investimentos	16	2.777	2.777
Total do passivo		4.366	4.366

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

a. Nível 1

O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os ativos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVÉSPA 50 classificados como títulos para negociação ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

b. Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

c. Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

A tabela a seguir apresenta as mudanças nos ativos e passivos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Mútuos a pagar não auditado	Obrigações por aquisição de investimentos não auditado
Saldo inicial	-	-
Aumento de capital (i)	-	4.288
Reclassificação	1.558	-
IOF sobre mútuo	31	-
Saldo final	1.589	4.348

(i) Conforme nota explicativa 1.4(b)(iv).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2023 não auditado	2022 não auditado
Bancos, conta movimento	3.642	374
Aplicações financeiras	96	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.738	374

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03.

6 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

Contas a receber de clientes e outras contas a receber	Nota explicativa	2023	2022
		não auditado	não auditado
Contas a receber de clientes terceiros		9.413	2.605
Contas a receber de partes relacionadas	23(a)	-	-
Serviços a faturar		1.593	587
Outras contas a receber de terceiros		44	-
Outras contas a receber de partes relacionadas	23(a)	78	309
(-) Perdas de créditos esperadas		(600)	-
Total de contas a receber de clientes e outras contas a receber		10.528	3.501
Contas a receber de clientes		10.406	3.192
Outras contas a receber		122	309
Total de contas a receber de clientes e outras contas a receber		10.528	3.501

7 Tributos a recuperar

Tributos a recuperar	2023	2022
	não auditado	não auditado
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) a recuperar	32	-
Imposto sobre serviços (ISS) a recuperar	21	-
Programa de integração social (PIS) a recuperar	7	-
Total de tributos a recuperar	60	-

8 Adiantamentos

Adiantamentos	2023	2022
	não auditado	não auditado
Adiantamentos a fornecedores	364	11
Adiantamentos a funcionários	17	12
Adiantamentos de férias	156	67
Despesas antecipadas	253	123
Total de adiantamentos	790	213
Circulante	729	90
Não circulante	61	123
Total de adiantamentos	790	213

9 Imobilizado

Imobilizado	2023						2022		
	Computadores e periféricos não auditado	Máquinas e equipamentos não auditado	Móveis e utensílios não auditado	Telefones não auditado	Benefitorias em imóveis de terceiros não auditado	Imobilizado em poder de terceiros não auditado	Equipamentos de energia fotovoltaica não auditado	Total não auditado	Benefitorias em imóveis de terceiros não auditado
Saldo líquido em 1º de janeiro	-	-	-	-	179	-	-	179	-
Aquisições	16	180	-	-	111	-	-	307	180
Aumento de capital (i)	720	68	182	100	1.308	81	104	2.563	-
Reclassificação	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-
Transferências	-	(149)	-	-	1	-	148	-	-
Depreciações	(23)	(4)	(2)	(1)	(16)	(2)	(5)	(53)	(1)
Saldo líquido em 31 de dezembro	713	95	180	99	1.583	78	247	2.995	179
Custo de aquisição	1.367	165	318	126	1.930	149	308	4.363	180
Depreciação acumulada	(654)	(70)	(138)	(27)	(347)	(71)	(61)	(1.368)	(1)
Saldo líquido em 31 de dezembro	713	95	180	99	1.583	78	247	2.995	179

(i) Conforme nota explicativa 1.4(b)(iv).

10 Intangível

Intangível	Mais valia na combinação de negócios não auditado	Software não auditado	Site não auditado	Projeto Mobile (i) não auditado	Projeto UNIAHGORA (i) não auditado	Projeto REP.P (i) não auditado	Outros intangíveis não auditado	Total não auditado
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	687	-	-	-	-	-	687
Baixas	-	(20)	-	-	-	-	-	(20)
Aumento de capital (ii)	3.038	1.171	49	58	5	689	2	5.012
Amortizações	(69)	(86)	-	(2)	(1)	(6)	-	(164)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	2.969	1.752	49	56	4	683	2	5.515
Custo de aquisição	4.892	3.455	88	187	15	759	2	9.398
Amortização acumulada	(1.923)	(1.703)	(39)	(131)	(11)	(76)	-	(3.883)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	2.969	1.752	49	56	4	683	2	5.515

(i) Conforme nota 3.1(b).

(ii) Conforme nota explicativa 1.4(b)(iv).

Testes do ágio para verificação de impairment

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Marca	Tecnologia	Carteira de clientes	Total
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-
Aumento de capital	318	1.582	1.138	3.038
Amortizações	-	(17)	(52)	(69)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	318	1.565	1.086	2.969
Custo de aquisição	318	2.041	2.533	4.892
Amortização acumulada	-	(476)	(1.447)	(1.923)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	318	1.565	1.086	2.969

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como segue.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 são as que seguem:

	2023
Margem bruta (% de receita)	50,00%
Outros custos operacionais (média anual)	1.500
Dispêndio anual para aquisição de imobilizado	260
Taxa de crescimento - %	15,00%
Taxa de desconto - %	20,00%

Essas premissas foram usadas para a análise de cada UGC.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da Administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A Administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento. Ele se baseia na experiência histórica da Administração e no dispêndio planejado para a reforma pós-aquisição do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Fornecedores terceiros		733	251
Outras contas a pagar a partes relacionadas	23(a)	1.697	245
Total de fornecedores e outras contas a pagar		2.430	496
Fornecedores		733	251
Outras contas a pagar		1.697	245
Total de fornecedores e outras contas a pagar		2.430	496
Terceiros		733	251
Partes relacionadas		1.697	245
Total de fornecedores e outras contas a pagar		2.430	496

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Garantia	Encargos (a.m.)		2023 não auditado
		Indexador	Spread	
Capital de giro	Apólice de seguro	Sem indexador	1,55%	2.051
Total de empréstimos e financiamentos				2.051
Circulante				181
Não circulante				1.870
Total de empréstimos e financiamentos				2.051

Demonstramos a seguir, o cronograma de amortização do saldo do passivo não circulante:

Empréstimos e financiamentos, por vencimento	2023 não auditado
De 01 a 12 meses	181
De 13 a 24 meses	551
De 25 a 36 meses	663
Mais de 36 meses	656
Total de empréstimos e financiamentos, por vencimento	2.051

Demonstramos abaixo a movimentação dos empréstimos no exercício:

Movimentação de empréstimos e financiamentos	2023 não auditado
Saldo em 1º de janeiro	-
Captação	2.023
Juros apropriados	28
Saldo em 31 de dezembro	2.051

13 Debêntures

No dia 23 de novembro de 2023, a empresa controlada Ahgora HCM S.A., com autorização da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, que será objeto de distribuição restrita no montante total de R\$ 5.000, sendo o valor nominal unitário de R\$1. Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes 1,57% ao mês, base 252 dias úteis.

Debêntures	Debêntures emitidas	Preço unitário	Encargos (a.m.)	Vencimento	2023 não auditado
INVEST TECH GROWTH III Fundo de investimento em participações multiestratégia	5.000	1	1,57%	02/01/2025	5.056
Total de debêntures					5.056
Circulante					56
Não circulante					5.000
Total de debêntures					5.056

A seguir apresentamos a movimentação das debêntures no exercício:

Movimentação de debêntures a pagar	2023 não auditado
Saldo em 1º de janeiro	-
Captação	5.000
Juros apropriados	56
Saldo em 31 de dezembro	5.056

As debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) aplicadas a esta operação relacionadas a: (i) ocorrência de evento de liquidez, conforme Estatuto Social da Emissora na data da emissão das debêntures; ou, (ii) transferência de controle da Emissora, conforme descrição de controle definida no Artigo 116 da Lei das Sociedades por ação.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas	2023 não auditado	2022 não auditado
Encargos sobre as provisões de férias	327	169
Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) a recolher	189	89
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) a recolher	710	299
Instituto nacional de seguridade social (INSS) a recolher	228	120
Provisão de férias	2.279	1.070
Remuneração variável	150	-
Salário a pagar	1.159	513
Outras obrigações sociais e trabalhistas	279	106
Total de obrigações sociais e trabalhistas	5.321	2.366

15 Obrigações tributárias

Obrigações tributárias	2023	2022
	não auditado	não auditado
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) a recolher	218	61
Imposto sobre serviços (ISS) a recolher	145	44
Programa de integração social (PIS) a recolher	47	13
Outros tributos a recolher	2	1
Total de obrigações tributárias	412	119
Circulante	412	119
Não circulante	-	-
Total de obrigações tributárias	412	119

16 Obrigações por aquisição de investimentos

As obrigações por aquisição dos investimentos referem-se a valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas negociadas com pagamento parcelado ou por retenção de garantia. As obrigações estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

Obrigações por aquisição de investimento	2023		
	Parcelas regulares não auditado	Contraprestações contingentes não auditado	Total não auditado
Velti Sistemas e Equipamentos Ltda.	2.777	1.571	4.348
Total de obrigações com aquisição de investimentos	2.777	1.571	4.348

Demonstramos abaixo a movimentação das obrigações por aquisição de investimentos no exercício:

Movimentação das obrigações por aquisição de investimento	2023 não auditado
Saldo em 1º de janeiro	-
Juros apropriados	60
Aumento de capital	4.288
Saldo em 31 de dezembro	4.348

(i) Conforme nota explicativa 1.4(b)(iv).

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

Imposto de renda e contribuição social	2023		2022	
	a recuperar não auditado	a recolher não auditado	a recuperar não auditado	a recolher não auditado
Imposto de renda de pessoa jurídica	-	(301)	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	(112)	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	-	(413)	-	-

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos	2023 não auditado	2022 não auditado
Prejuízos fiscais		
Imposto de renda com prejuízos fiscais	1.134	213
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	408	77
	1.542	290
Diferenças temporárias ativas		
Provisão para perdas esperadas	204	-
Ajuste de reconhecimento de receita de contrato com clientes	359	162
	563	162
Provisão para não realização de tributos diferidos ativos	(203)	-
Total de tributos diferidos ativos	1.902	452
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste de reconhecimento de receita de contrato com clientes	(542)	(199)
Total de tributos diferidos passivos	(542)	(199)
Total de tributos diferidos, líquidos	1.360	253

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos é a seguinte:

Movimentação de tributos diferidos	2023	2022
	não auditado	não auditado
Saldo em 1º de janeiro	253	-
Imposto de renda com prejuízos fiscais	921	213
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	332	77
Provisão para perdas esperadas	204	-
Ajuste de reconhecimento de receita de contrato com clientes (Provisão) reversão para não realização de tributos diferidos ativos	(146)	(37)
	(204)	-
Saldo em 31 de dezembro	1.360	253

c. Despesa de imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social	2023	2022
	não auditado	não auditado
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.143)	(756)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	389	257
Diferenças permanentes		
Cancelamentos	(83)	-
(Provisão) reversão para não realização de tributos diferidos ativos	(204)	-
Outras diferenças permanentes	430	(5)
Total de diferenças permanentes	143	(5)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	532	252
Alíquota efetiva	46,54%	33,33%

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 3.331, divididos em ações 332.983.926 (trezentos e trinta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e seis), sendo 180.477.288 (cento e oitenta milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 152.506.638 (cento e cinquenta e dois milhões, quinhentos e seis mil, seiscentos e trinta e oito) ações preferenciais classe A, todas nominativas sem valor nominal.

19 Receita de contratos com clientes

Conforme requerido pelo CPC 26 / IFRS 15, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Demonstramos abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para o exercício de 2023 e 2022:

Receita de contratos com clientes	2023	2022
	não auditado	não auditado
Receita bruta de contratos com clientes		
Prestação de serviços de software	47.985	6.247
Total da receita bruta de contratos com clientes	47.985	6.247
(-) Devoluções e cancelamentos de serviços	(244)	(3)
Total de devoluções e cancelamentos	(244)	(3)
Total da receita bruta de contratos com clientes, líquida de devoluções e cancelamentos	47.741	6.244
Impostos incidentes sobre as vendas		
Impostos incidentes sobre as vendas de serviço		
(-) Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(1.447)	(184)
(-) Imposto sobre serviços (ISS)	(961)	(123)
(-) Instituto nacional de seguridade social (INSS) sobre a receita	(2.136)	(276)
(-) Programa de integração social (PIS)	(313)	(40)
Total de impostos incidentes sobre as vendas	(4.857)	(623)
Receita líquida de contratos com clientes	42.884	5.621

20 Custos e despesas por função e por natureza**a. Custos e despesas por função**

Custos das vendas e despesas operacionais por função	2023	2022
	não auditado	não auditado
Custos das vendas		
Custos do serviços prestados	(14.724)	(2.553)
Total dos custos das vendas	(14.724)	(2.553)
Despesas operacionais		
Despesas comerciais e marketing	(12.293)	(483)
Despesas gerais e administrativas	(8.266)	(1.216)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(7.293)	(1.916)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(456)	(75)
Total das despesas operacionais	(28.308)	(3.690)
Total dos custos das vendas e das despesas operacionais por função	(43.032)	(6.243)

b. Custos e despesas por natureza

Custos das vendas e despesas operacionais por natureza	2023 não auditado	2022 não auditado
Água	(3)	-
Amortização de arrendamentos	(211)	(73)
Amortização de intangíveis	(164)	-
Benefícios à colaboradores	(3.394)	(246)
Depreciação	(53)	(1)
Despesas de viagens	(738)	(101)
Despesas tributárias	(7)	-
Energia elétrica	(4)	-
Licença de software	(3.154)	(15)
Material de uso e consumo	(103)	(13)
Ocupação	(20)	-
Perdas de créditos esperadas	(604)	-
Prêmios, bônus e gratificações	(3.422)	(21)
Propaganda e publicidade	(2.498)	(21)
Resultado na venda/baixa de intangível	(20)	-
Salários, provisões e encargos	(24.317)	(5.684)
Serviços de terceiros	(4.008)	(48)
Telefone e internet	(41)	-
Outros custos e despesas	(271)	(20)
Total de custos das vendas e despesas operacionais por natureza	(43.032)	(6.243)

21 Resultado financeiro

Resultado financeiro	2023	2022
	não auditado	não auditado
Receitas financeiras		
Juros ativos	30	1
Juros sobre créditos tributários	1	-
Rendimentos de aplicações financeiras	1	-
Juros sobre títulos e valores mobiliários	1	-
Total das receitas financeiras	33	1
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(334)	(21)
Despesas bancárias	(158)	(14)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(42)	-
Juros passivos	(35)	(5)
Juros sobre arrendamento	(312)	(95)
Juros passivos sobre obrigações por aquisição de investimento	(61)	-
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos	(28)	-
Juros passivos débitos tributários	(3)	-
Juros passivos sobre emissão de debêntures	(56)	-
Outras despesas financeiras	1	-
Total das despesas operacionais	(1.028)	(135)
Total do resultado financeiro	(995)	(134)

22 Prejuízo por ação

a. Prejuízo básico por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Resultado básico e diluído por ação	2023	2022
	não auditado	não auditado
(Prejuízo) lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(611)	(504)
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares)	2.738	1
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	(0,22)	(504,00)

- (i) Considerando que houve aumento de capital com 332.982.926 (trezentos e trinta e dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e seis) ações em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 18(a)(ii), estas ações equivalem a média ponderada de 2.736.846 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis) ações em circulação para todo o ano de 2023. Assim, ao somarmos esta média às ações já em circulação (um mil ações), temos o total de 2.737.846 (dois milhões, setecentos e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis) ações em circulação para todo o ano de 2023.

b. Prejuízo diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o prejuízo diluído por ação em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é igual à R\$ 0,22 e R\$ 504 (em Reais), respectivamente.

23 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Balanço patrimonial

Ativo	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Ativo circulante			
Outras contas a receber			
ACM Consultoria Ltda.		-	-
Ahards Sistemas S.A.		-	3
WebTraining Ltda.		44	306
Velti Sistemas e Equipamentos Ltda.		34	-
Total de outras contas a receber	6	78	309
Total do ativo circulante		78	309
Total do ativo		78	309

Passivo	Nota explicativa	2023 não auditado	2022 não auditado
Passivo circulante			
Debêntures a pagar			
Fundo de Capital Invest Tech Growth III	13	56	-
Total de debêntures a pagar		56	-
Mútuos a pagar			
Ahards Sistemas S.A.		1.589	-
Total de mútuos a pagar		1.589	-
Outras contas a pagar			
Ahards Sistemas S.A.		1.697	-
WebTraining Ltda.		-	246
Total de outras contas a pagar	11	1.697	246
Total do passivo circulante		3.342	246
Debêntures a pagar			
Fundo de Capital Invest Tech Growth III	13	5.000	-
Total de debêntures a pagar		5.000	-
Total do passivo não circulante		5.000	-
Total do passivo		8.342	246

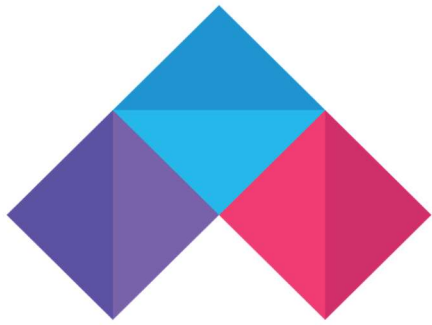
b. Demonstração do resultado do exercício

Demonstração do resultado do exercício	2023	2022
	não auditado	não auditado
Custos das vendas		
Custos do serviços prestados		
Ahards Sistemas S.A.	(1.294)	-
WebTraining Ltda.	209	105
Velti Sistemas e Equipamentos Ltda.	2	-
	<u>(1.083)</u>	<u>105</u>
Total de custos do serviços prestados		
	<u>(1.083)</u>	<u>105</u>
Total dos custos das vendas		
	<u>(1.083)</u>	<u>105</u>
(Prejuízo) lucro bruto		
	<u>(1.083)</u>	<u>105</u>
Despesas operacionais		
Despesas comerciais e marketing		
Ahards Sistemas S.A.	(1.282)	-
WebTraining Ltda.	74	-
	<u>(1.208)</u>	<u>-</u>
Total de despesas comerciais e marketing		
	<u>(1.208)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas		
Ahards Sistemas S.A.	(339)	-
	<u>(339)</u>	<u>-</u>
Total de despesas gerais e administrativas		
	<u>(339)</u>	<u>-</u>
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		
Ahards Sistemas S.A.	(281)	-
WebTraining Ltda.	224	201
	<u>(57)</u>	<u>201</u>
Total de despesas com pesquisa e desenvolvimento		
	<u>(57)</u>	<u>201</u>
Total de despesas operacionais		
	<u>(1.604)</u>	<u>201</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos sobre o lucro		
	<u>(2.687)</u>	<u>306</u>
(Prejuízo) lucro do exercício		
	<u><u>(2.687)</u></u>	<u><u>306</u></u>

24 Eventos subsequentes

a. Mútuos a pagar

Em 19 de fevereiro de 2024, a Companhia efetuou a quitação de seu mútuo com sua controladora mencionado na Nota 23(a).



ahgora